

As investigações policiais sobre o uso de força letal podem influenciar percepções e resultados

1 de janeiro de 2010

Por Shannon Bohrer, M.B.A. e Robert Chaney

“Quando um policial mata alguém no cumprimento do dever - ou é morto - isso desencadeia uma série de análises internas e externas e debate público que normalmente não termina até vários anos depois, quando os julgamentos nos tribunais civis e criminais terminam.”¹

O treinamento básico de policiais contempla o uso da força, incluindo força letal, e investigação de crimes, mesmo aqueles que envolvem agressões e tiroteios policiais. A relação entre esses dois eventos - o uso da força e a investigação policial desse uso da força - pode ter consequências de longo alcance, boas e más, para o público, para o departamento e para os policiais envolvidos.²

A profissão policial gasta tempo e recursos consideráveis treinando policiais para usar armas de fogo e outras armas e para entender os padrões constitucionais e as políticas da agência a respeito de quando eles podem empregar tal força. A sociedade espera esse esforço por causa das possíveis consequências de os policiais não terem as habilidades de que precisam se e quando se envolverem em um incidente crítico.

Além de receber instruções sobre o uso da força, os policiais aprendem técnicas de investigação. Eles devem reconstruir o incidente, encontrar os fatos e reunir evidências para processar os infratores. E, historicamente, eles têm feito isso extremamente bem. Mas, é a mesma quantidade de atenção dada ao exame do processo investigativo do uso de força letal e como isso pode afetar o que ocorre após tal evento? Há alguma razão pela qual a polícia deveria abordar a investigação de um policial envolvido em tiroteio de forma diferente? Para ajudar a responder a essas perguntas, os autores apresentam uma visão geral das percepções sobre esses eventos e alguns elementos que as agências policiais podem incorporar em investigações de tiroteios envolvendo policiais que podem ajudar a garantir resultados justos e judiciosos.

PERCEPÇÕES DE FORÇA LETAL

Todo o treinamento policial é baseado em dois elementos de criticidade e frequência. As habilidades de que os policiais precisam e devem adquirir para cumprir suas funções abrangem ambas: 1) a frequência com que as usam e 2) o quão crucial é tê-las. O treinamento de policiais para lidar com incidentes potencialmente letais, por natureza, é de vital importância. Investigar tiroteios envolvendo policiais constitui uma função crítica, mas, para a maioria dos departamentos, não ocorre com tanta frequência. Apenas examinar as necessidades de treinamento do ponto de vista da preparação para o evento não leva necessariamente em consideração o que pode ocorrer depois. Só porque o policial tinha o direito de atirar e as evidências apoiam as ações do policial pode não garantir uma recepção positiva, ou mesmo neutra, do público.

Além disso, em *quem* a polícia atira parece moldar algumas percepções. Por exemplo, um assaltante de banco armado com uma espingarda apresenta uma conotação diferente de um ladrão de 14 anos empunhando uma faca.³ Às vezes, é em quem a polícia atirou que também pode definir o tom para a direção da investigação em torno do incidente.

A Percepção do Policial

Entrevistas realizadas com policiais que estiveram envolvidos em tiroteios revelaram que, embora muitos fossem bem treinados para o evento, muitas vezes não estavam preparados para a investigação posterior.⁴ Alguns acreditavam que essas investigações se concentravam em encontrar algo que os policiais fizeram de errado para que pudessem ser acusados de um crime ou violação da política departamental.⁵ Outros achavam que as investigações eram para a proteção da agência e não necessariamente dos policiais envolvidos.⁶

Os policiais podem ter percepções amplas, que muitas vezes dependem de suas experiências de envolvimento em um incidente crítico ou do conhecimento do que aconteceu com outros policiais. Um policial do Departamento de Segurança Pública do Arizona comentou: “Eu não escolhi tirar a vida daquele homem ... Ele escolheu morrer quando apontou uma arma para um policial. Não foi minha escolha; foi a dele.”⁷

A Percepção do Público

As percepções do público sobre tiroteios envolvendo policiais geralmente são tão amplas e diversificadas quanto à população, muitas vezes impulsionadas pela cobertura da mídia e, às vezes, influenciadas por um preconceito de longa data e desconfiança do governo.⁸ Casos documentados de motins, danos à propriedade e perdas de vida ocorreram em comunidades onde os residentes perceberam que um tiroteio policial era injustificado. Alguns membros do público parecem presumir automaticamente que o policial fez algo errado antes do início de qualquer investigação sobre o incidente. Por outro lado, outros acreditam que se a polícia atirou em alguém, o indivíduo não deve ter dado ao policial qualquer escolha.

A Percepção do Departamento

As percepções departamentais podem ser diversas e difíceis de expressar. Por exemplo, quando entrevistado, um chefe de polícia aconselhou que “às vezes é mais fácil passar por um policial sendo morto no cumprimento do dever do que um tiroteio policial questionável.”⁹ O chefe estava se referindo à resposta do público, incluindo distúrbios civis, ao que foi percebido como um tiroteio policial injustificado. Em vários níveis, no entanto, os administradores podem sentir que uma investigação completa e justa esclarecerá quaisquer percepções negativas do público. Embora não sejam totalmente inclusivas, as percepções departamentais incluem muitos casos em que um tiroteio envolvendo policial foi visto com clareza e objetividade antes, durante e depois da investigação.¹⁰

ELEMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

Poucos eventos policiais atraem mais a atenção da mídia, do sistema político e da administração policial do que um tiroteio envolvendo policial. Em alguns casos, esse interesse intenso pode afetar a investigação. Este escrutínio está relacionado ao incidente, à investigação ou a ambos? Isso afeta o foco e o resultado da investigação? E, inversamente, o processo investigativo pode influenciar essa observação atenta do incidente?¹¹

Com essas questões em mente, os autores oferecem seis elementos para a investigação de tiroteios envolvendo policiais. Embora não tenham o objetivo de ser totalmente inclusivos ou amplos o suficiente para cobrir todas as situações concebíveis, eles podem ser úteis como um guia.

Os Investigadores

O primeiro elemento envolve investigadores que tenham atitudes corretas e neutras. Nem todos os policiais são adequados para conduzir investigações de tiroteio policial. O exame de tais incidentes requer investigadores experientes e de mente aberta, que tenham empatia pelos policiais envolvidos e pelo público em geral. Começar com os investigadores certos garantirá que o processo tenha uma base sólida.

Se possível, pelo menos dois investigadores principais devem supervisionar o caso do início ao fim. Eles devem ser responsáveis por atividades como supervisão da investigação da cena do crime, revisão de depoimentos e evidências e relatórios de laboratório, e coordenação com o sistema de justiça criminal. Eles não devem estar fortemente envolvidos na investigação da rotina inicial, exceto para lidar com a interação com os policiais envolvidos, incluindo a obtenção de depoimentos.

A Cena de Crime

O segundo elemento envolve a resposta adequada e a proteção da cena de crime. Os investigadores de homicídios ou criminais devem proteger o local. Eles precisam ir com calma e ampliar a área protegida, possivelmente adicionando uma zona de segurança além da vizinhança imediata. Eles devem estabelecer uma área de imprensa com um policial de relações públicas disponível para responder às perguntas da mídia.

Antes de inspecionar a cena de crime, os investigadores devem filmar a cena e os arredores e, então, periodicamente, filmar a área, junto com quaisquer multidões e veículos estacionados, durante o curso do exame. Essas informações podem ser valiosas mais tarde, na localização de testemunhas adicionais. Eles devem usar tecnologia atualizada e métodos de coleta de evidências, convocando especialistas conforme necessário.

Antes de liberar a cena do crime, os investigadores devem consultar os oficiais da justiça criminal que serão responsáveis pelo caso. Pode ser mais fácil explicar as circunstâncias do incidente enquanto ainda estiver no controle do local onde ocorreu.¹²

Os Policiais Envolvidos

Retirar os policiais envolvidos da cena o mais rápido possível e levá-los para um local seguro, longe de outras testemunhas e pessoal da mídia, constitui o terceiro elemento. Os investigadores precisam explicar aos policiais que essas ações ajudarão a manter a integridade do caso. Eles também devem convidar os policiais a permanecerem em uma área protegida para participar da investigação de acompanhamento. Quando possível, eles só devem receber depoimentos dos policiais envolvidos quando eles compreenderem claramente todos os fatos e informações da cena de crime. Além disso, nos estágios iniciais e preliminares da investigação, as autoridades nunca devem divulgar os nomes ou quaisquer informações pessoais dos policiais envolvidos.¹³

Às vezes, é benéfico para os policiais envolvidos revisitarem a cena de crime mais tarde para ajudá-los a se lembrar dos eventos. Se possível, os investigadores devem acompanhá-los.

É importante manter os policiais envolvidos informados. Alguém deve contatá-los regularmente. Em muitas agências, os oficiais têm defensores, incluindo apoio de pares, representação sindical e assistência jurídica. Manter os oficiais informados pode exigir que os investigadores examinem o advogado.¹⁴

As Testemunhas Civis

O quarto elemento destaca a importância de os investigadores ganharem a confiança e o respeito das testemunhas civis. Afinal, eles precisam de sua ajuda. Na maioria dos casos, os investigadores devem tratá-las da mesma forma que os policiais envolvidos.

Antes de entrevistar as testemunhas, os investigadores devem ter um conhecimento completo da cena de crime e dos fatos do tiroteio. Se alguma declaração conflitar com o exame da cena de crime ou com informações de outras pessoas que observaram o incidente, os investigadores devem fazer com que as testemunhas assistam a uma fita de vídeo da cena de crime ou levá-las de volta ao local para ajudá-las a se lembrar dos eventos. Eles podem desejar consultar com antecedência a autoridade investigadora da justiça criminal para garantir que a nova visita não invada a privacidade ou cause danos às testemunhas. E, é claro, as autoridades investigadoras nunca devem divulgar qualquer informação sobre as testemunhas.

As Autoridades de Justiça Criminal

O quinto elemento, a necessidade de que esses casos sejam examinados por meio do processo de justiça criminal o mais rápido possível, mostra-se fundamental para os policiais envolvidos, suas famílias e suas agências empregadoras. Às vezes, as pendências podem atrasar a conclusão do relatório, mas não devem impedir os procedimentos de liberação.¹⁵ Uma consulta direta com a autoridade de justiça criminal apropriada pode aliviar a necessidade de um relatório formal preenchido se uma declaração por escrito para a autoridade adequada confirmar os fatos. Por exemplo, médicos legistas e especialistas em balística podem fornecer suas descobertas aos investigadores com relatórios formais a serem seguidos.

As apresentações da investigação devem incluir todas as fitas de vídeo, fotografias e cópias de todas as declarações, relatórios de investigação e outros documentos necessários. Ao longo do processo da justiça criminal, os investigadores devem atualizar os policiais envolvidos e seus departamentos sobre o andamento do caso.

A Imprensa

Como elemento final, o policial de relações públicas do departamento deve contatar a mídia antes de seus representantes abordarem a agência.¹⁶ Nos estágios iniciais da investigação, o departamento deve demonstrar que deseja cooperar com a mídia. Ao informar o público por meio de comunicados e entrevistas, a agência mostra que está investigando o incidente e que conforme a informação *puder* ser divulgada, o *fará*. Os departamentos devem lembrar que o proverbial “sem comentários” muitas vezes dá a impressão de que a polícia está escondendo algo.

Sem uma relação positiva com os meios de comunicação, pode desenvolver-se uma comunicação deficiente entre o público e a polícia, criando falta de fé na gestão e nas operações do departamento e desconfiança de todas as partes. O momento de preparar comunicados à imprensa para tiroteios envolvendo policiais é *antes* que um ocorra.

Além disso, as agências devem incentivar a mídia a publicar e transmitir histórias sobre as responsabilidades dos policiais e o treinamento realizado para aprimorar suas habilidades. Informações gerais sobre tiroteios anteriores, experiências de simulador e a perspectiva objetiva do policial podem ajudar a desenvolver uma associação cooperativa.¹⁷ Esse esforço colaborativo entre a polícia e a mídia não é uma pílula mágica e não vai aliviar todos os equívocos públicos e problemas. No entanto, pode reduzir ou prevenir falsas percepções, especialmente com tiroteios envolvendo policiais.¹⁸

Finalmente, os investigadores devem revisar todos os materiais impressos relacionados e entrevistas da mídia para identificar outras testemunhas e, se necessário, entrevistá-las o mais rápido possível. Às vezes, esses indivíduos podem não entender por que a polícia iria querer entrevistá-los depois que eles falaram com a mídia, então uma abordagem diplomática pode ser útil. Isso destaca a importância de uma relação de trabalho positiva que muitas vezes pode resultar no compartilhamento de informações entre a mídia e a polícia.

CONCLUSÃO

Frequentemente, não é um tiroteio policial que gera consequências negativas, mas, sim, é como a agência envolvida lida com o incidente que pode fomentar e alimentar percepções equivocadas. Como um policial de Santa Monica, Califórnia, apontou: “Ninguém sabe sobre as centenas de casos em que um policial decide não atirar. Talvez ninguém se importe. Afinal, as pessoas dizem que somos treinados para lidar com essas coisas, como se o treinamento de alguma forma removesse ou diluísse nossa humanidade.”¹⁹

Embora os seis elementos apresentados neste artigo possam não ser completos, eles oferecem um esboço que pode reduzir os eventos negativos que às vezes ocorrem nessas situações. Ter os investigadores apropriados e uma relação de

trabalho positiva com a mídia constituem os suportes de um processo eficaz. Afinal, os investigadores certos são a base para uma investigação completa, e uma conexão cooperativa com a mídia constitui a base do entendimento público. A união e o compartilhamento de informações podem ajudar a polícia e a mídia a lidar com tiroteios envolvendo policiais de maneira justa e sensata.

Notas

¹ Darrel W. Stephens, foreword to *Deadly Force: What We Know*, by William A. Geller and Michael S. Scott (Washington, DC: Police Executive Research Forum, 1992).

² For an overview of legal concerns, see Thomas D. Petrowski, "Use-of-Force Policies and Training: A Reasoned Approach," *FBI Law Enforcement Bulletin*, October 2002, 25-32 and Part Two, November 2002, 24-32.

³ Shannon Bohrer, Harry Kern, and Edward Davis, "The Deadly Dilemma: Shoot or Don't Shoot," *FBI Law Enforcement Bulletin*, March 2008, 7-12; Larry C. Brubaker, "Deadly Force: A 20-Year Study of Fatal Encounters," *FBI Law Enforcement Bulletin*, April 2002, 6-13; and George T. Williams, "Reluctance to Use Deadly Force: Causes, Consequences, and Cures," *FBI Law Enforcement Bulletin*, October 1999, 1-5.

⁴ Anthony J. Pinizzotto, Edward F. Davis, and Charles E. Miller III, U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation, *In the Line of Fire: Violence Against Law Enforcement* (Washington, DC, 1997); and *Violent Encounters: A Study of Felonious Assaults on Our Nation's Law Enforcement Officers* (Washington, DC, 2006).

⁵ Interviews with students attending the Management Issues: Law Enforcement's Use of Deadly Force course taught at the FBI's National Academy from 1995 through 1999. The FBI hosts four 10-week National Academy sessions each year during which law enforcement executives from around the world come together to attend classes in various criminal justice subjects.

⁶ Feedback from students attending the Instructor Training Liability Issues course taught at the Firearms Instructor Schools, Sykesville, Maryland, from 2001 through 2009.

⁷ American Association of State Troopers, *AAST Trooper Connection*, September 2008.

⁸ U.S. Department of Justice, Community Relations Service, *Police Use of Excessive Force: A Conciliation Handbook for the Police and the Community* (Washington, DC, June 1999). This publication provides options for addressing controversy surrounding the use of excessive or deadly force and offers guidelines for resolving community disputes. Readers can access <http://www.usdoj.gov/crs/pubs/pdexcess.htm> for the June 2002 updated version.

⁹ In 1993, Edward F. Davis was an instructor in the FBI Academy's Behavioral Science Unit when he interviewed the chief about police and the use of force. The chief's comment could be misconstrued because it was part of a larger dialogue about police use of force and community relations, although it demonstrates perceived and sometimes real concerns. Specifically, the chief was referring to the fact that the department seemed to pull together when an officer is killed and the opposite often occurs when the shooting is questioned in the media.

¹⁰ Because of Robert Chaney's (one of this article's authors) extensive experience in investigating police shootings while serving with the Washington, D.C., Metropolitan Police Department and then reviewing such incidents for final disposition when later employed by the U.S. Attorney's Office for the District of Columbia, he understands the value of the process and how this can affect public perceptions and investigative outcomes.

¹¹ William A. Geller and Michael S. Scott, *Deadly Force: What We Know* (Washington, DC: Police Executive Research Forum, 1992).

¹² Robert Chaney's (one of this article's authors) experience includes a close working relationship with the criminal justice authority (in his case, the criminal justice authority was the U.S. Attorney's Office). The close working relationship can be critical with shootings that have the potential for negative publicity.

¹³ U.S. Department of Justice, Community Relations Service, *Police Use of Excessive Force: A Conciliation Handbook for the Police and the Community*.

¹⁴ Laurence Miller, "Officer-Involved Shooting: Reaction Patterns, Response Protocols, and Psychological Intervention Strategies," *International Journal of Emergency Mental Health* 8, no. 4 (2006): 239-254.

¹⁵ Henry Pierson Curtis, "Deadly Force Investigations Can Take Years in Some Florida Counties," Orlando Sentinel, November 11, 2007; Todd Coleman, "Documenting the Use of Force," *FBI Law Enforcement Bulletin*, November 2007, 18-23; and Geller and Scott.

¹⁶ For additional information, see Brian Parsi Boetig and Penny A. Parrish, "Proactive Media Relations: The Visual Library Initiative," *FBI Law Enforcement Bulletin*, November 2008, 7-9; James D. Sewell, "Working with the Media in Times of Crisis: Key Principles for Law Enforcement," *FBI Law Enforcement Bulletin*, March 2007, 1-6; and Dennis Staszak, "Media Trends and the Public Information Officer," *FBI Law Enforcement Bulletin*, March 2001, 10-13.

¹⁷ Brook A. Masters, "Under the Gun: I Died, I Killed, and I Saw the Nature of Deadly Force," *Washington Post*, February 13, 2000.

¹⁸ Anthony J. Pinizzotto, Edward Davis, Shannon Bohrer, and Robert Chaney, "Law Enforcement Perspective on the Use of Force: Hands-On, Experiential Training for Prosecuting Attorneys," *FBI Law Enforcement Bulletin*, April 2009, 16-21.

¹⁹ Geller and Scott, 1.

O Sr. **Bohrer**, um sargento aposentado da Polícia do Estado de Maryland, é o *Range Master* do Departamento de Polícia de Maryland e Comissões de Treinamento Correcional em Sykesville.

O Sr. **Chaney**, um detetive de homicídios aposentado, atualmente atua como vice-diretor do Escritório Intergovernamental e Relações Públicas, Departamento de Justiça dos EUA.

Fonte: Police Investigations of the Use of Deadly Force Can Influence Perceptions and Outcomes. Disponível em: <<https://leb.fbi.gov/articles/featured-articles/police-investigations-of-the-use-of-deadly-force-can-influence-perceptions-and-outcomes>>. Traduzido por: Onivan Elias de Oliveira – Ten Cel PMPB. Acesso em: 08 mar. 2021.